



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Uberlândia

Parecer Técnico IEF/NAR UBERLÂNDIA nº. 80/2023

Belo Horizonte, 02 de maio de 2023.

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Esio Carneiro de Melo	CPF/CNPJ: 476.452.026-53
Endereço: Rua Maria Dalva Jesus, 864	Bairro: Centro
Município: Nova Ponte	UF: MG
Telefone: (34) 99667-5760 / (34) 99998-1323	CEP: 38160-000
E-mail: engenheira.rosana@outlook.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Cachoeira do Rio Claro	Área Total (ha): 263,3154 ha
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrículas nº 732 e 3163	Município/UF: Nova Ponte - MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3145000-0E9BC21F092B4781803A6E5D5EAFA0B0	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,1021	hectares

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0	hectares	23k	205.342,02	7.874.834,05

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Quantidade/Unidade
Infraestrutura	Área útil	0,1021 hectares

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerrado	APP Antropizada		0,0 ha

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 23/01/2023

Data da vistoria: 24/01/2023

Data de solicitação de informações complementares: 30/01/2023

Data do recebimento de informações complementares: 31/03/2023

Data de emissão do parecer técnico: 18/04/2023

2. OBJETIVO

O objetivo do presente é a solicitação de Intervenção em APP sem supressão em uma área de 0,1021ha, para realização de infraestrutura: instalação de casa de máquinas, implantação de estrada rural de acesso, passagem de tubulação e rede elétrica para captação de água para irrigação.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O Sr. Esio Carneiro de Melo é proprietário da Fazenda Cachoeira do Rio Claro, matrículas 732 e 3163, com área total matriculada de 263,3154ha, localizada na zona rural do município de Nova Ponte - MG que possui cobertura vegetal nativa de 9,56%. A propriedade está inserida no Bioma Cerrado, com tipologia vegetal de Floresta Estacional Semidecidual Montana. Coordenadas geográficas UTM 23K 206.627,79 e 7.875.140,42

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3145000-0E9B.C21F.092B.4781.803A.6E5D.5EAF.A0B0

- Área total: 268,9007ha

- Área de reserva legal: 83,1355ha

- Área de preservação permanente: 12,3106ha

- Área de uso antrópico consolidado: 218,0845ha

- Qual a situação da área de reserva legal:

(X) A área está preservada: 37,48ha

() A área está em recuperação: 37,73ha

() A área deverá ser recuperada: ha

- Formalização da reserva legal:

() Proposta no CAR (X) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

Cartório de Imóveis de Nova Ponte - Matrículas nº 732 e 3163

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(X) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade - Comarca de Montalvânia matrícula nº 839

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 02

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado correspondem com as constatações feitas durante a vistoria técnica realizada no imóvel. A localização e composição da Reserva Legal não estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

A intervenção requerida é uma intervenção em APP sem supressão em uma área de 0,1021ha, para realização de infraestrutura: instalação de casa de máquinas, implantação de estrada rural de acesso, passagem de tubulação e rede elétrica para captação de água para irrigação.

Taxa Expediente intervenção em APP sem supressão: R\$ 734,63 - 21/10/2022

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa a Alta
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa a Alta
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: Fora de área prioritária
- Unidade de conservação: não
- Áreas indígenas ou quilombolas: não
- Outras restrições: [Ex.: Art. 11 da Lei 11.428 de 2006, Art. 25 da Lei 11.428 de 2006]

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
- Atividades licenciadas: Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura
Avicultura
Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muars, ovinos e caprinos, em regime extensivo
- Classe do empreendimento: 1
- Critério locacional: 1
- Modalidade de licenciamento: LAS/Cadastro
- Número do documento: 44542497/2019

4.3 Vistoria realizada:

A propriedade fica localizada na zona rural do município de Nova Ponte. Através de imagens de satélite, foi possível verificar que a intervenção em APP sem supressão em uma área de 0,1021ha se faz necessária para instalação de casa de máquinas, implantação de estrada rural de acesso, passagem de tubulação e rede elétrica para captação de água para irrigação em área de preservação permanente antropizada, não existindo alternativa técnica e locacional para o referido requerimento. Foi constatado por meio de imagens de satélites e documentos anexos ao processo que parte da área de Reserva Legal averbada (em torno de 37,73ha) está sendo utilizada para plantação de culturas anuais.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: topografia plana a declive mais acentuadas próximas ao Rio Claro.
- Solo: Do tipo latossolo vermelho distrófico e e latossolo vermelho distroférico.
- Hidrografia: A propriedade está localizada na Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, Micro Bacia do Rio Araguari, banhado pelo Rio Claro.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: a propriedade está inserida no Bioma cerrado com fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual;
- Fauna: Espécies da típica fauna do Cerrado no local: codorna, siriema, urubu, cachorro do mato.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Conforme descrito nos estudos apresentados e vistoria por imagens de satélite e em campo, não há alternativa técnica locacional para o referido requerimento de intervenção em APP sem supressão.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Através das informações prestadas nos estudos, conforme vistoria realizada por imagens de satélite, e a utilização de ferramentas disponíveis no sistema IDE-SiSEMA, foi possível constatar que a intervenção ambiental requerida em APP sem supressão de vegetação nativa, não é passível de autorização. A Reserva Legal da propriedade possui 2 glebas averbadas conforme Matrícula 739 (Av-2-739), sendo Gleba 01 com 70,3736ha e Gleba 02 com 4,84ha. Analisando as imagens de satélites, constatou-se que parte dessas áreas de Reserva Legal não possuem vegetação nativa para compor os 20% exigidos pela legislação, e essas áreas ainda estão sendo usadas para agricultura. Sendo assim, o proprietário deve regularizar as áreas de Reserva Legal para que se possa autorizar a intervenção ambiental requerida.

5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

Os possíveis impactos ambientais decorrentes das intervenções em APP sem supressão de vegetação nativa, são a exposição do solo, facilitando processos erosivos; perturbação, afugentamento, atropelamento e captura da fauna, com a diminuição de área de abrigo, de nidificação e de deslocamento. Conforme apresentado nos estudos as medidas mitigadoras visam principalmente impedir a circulação de animais nas áreas de Reserva Legal, monitorar o carreamento de terra, erosão, se necessário construir terraços. Optar sempre que possível pelo controle biológico, evitando ao máximo a contaminação do solo com defensivos químicos. As áreas remanescentes de vegetação não deverão ser exploradas sem a prévia autorização do órgão ambiental competente.

6. CONTROLE PROCESSUAL

I. Relatório:

1 - Dispõe o presente parecer sobre a análise jurídica do requerimento de intervenção ambiental (DAIA) protocolizado pelo empreendedor Esio Carneiro de Melo, conforme consta nos autos, para intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,1021 hectares, na Fazenda Cachoeira do Rio Claro, localizada no Município de Nova Ponte/MG, inscrita nas matrículas nº 732 e 3163 do CRI de Nova Ponte/MG.

2 – A intervenção ambiental requerida teria por finalidade a realização de infraestrutura: instalação de casa de máquinas, implantação de estrada rural de acesso, passagem de tubulação e rede elétrica para captação de água para irrigação.

3 – Conforme documentos acostados ao processo a propriedade objeto da intervenção ambiental possui área total matriculada de 263,3154ha. A reserva legal da propriedade encontra-se averbada dentro do imóvel e declarada no CAR.

4 – O empreendimento é considerado nos termos da Deliberação Normativa nº 217/17, como dispensado de licenciamento ambiental conforme declarado no requerimento de intervenção ambiental para a atividade de “culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Avicultura e Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muars, ovinos e caprinos, em regime extensivo”, anexado aos autos.

II. Análise Jurídica:

5 – De acordo com as informações prestadas no Parecer Técnico e observando-se as premissas legais vigentes, o requerimento de intervenção não é passível de autorização, uma vez que não está de acordo com a legislação ambiental vigente, pois a localização e composição da Reserva Legal não estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida e foi constatado por meio de imagens de satélites e documentos anexos ao processo que parte da área de Reserva Legal averbada (em torno de 37,73ha) está sendo utilizada para plantação de culturas anuais.

Sendo assim, em que pese a área de reserva legal averbada e declarada no CAR a mesma não possui a sua funcionalidade legal, não cumprindo assim com o mínimo exigível para sua composição.

Nesse sentido o art. 38 do Decreto Estadual nº. 47.749/2019 preceitua que:

Art. 38 – É vedada a autorização para uso alternativo do solo nos seguintes casos:

I – em imóvel no qual tenha ocorrido supressão de vegetação nativa não autorizada em APP, realizada após 22 de julho de 2008, sem que o infrator tenha cumprido a obrigação de promover a recomposição da vegetação ou buscado sua regularização;

II – em APP protetora de nascente, exceto em casos de utilidade pública;

III – nas áreas rurais com inclinação entre 25° (vinte e cinco graus) e 45° (quarenta e cinco graus), excetuados os casos de utilidade pública e interesse social;

IV – no entorno de olhos d'água intermitentes, no raio de 50m (cinquenta metros), excetuados os casos em que se admite intervenção em APP;

V – no imóvel rural que possuir área abandonada ou não efetivamente utilizada;

VI – nos locais de que tratam os incisos V a VIII do art. 9º da Lei nº 20.922, de 2013, excetuados os casos em que se admite intervenção em APP;

VII – no imóvel rural que possuir Reserva Legal em limites inferiores a 20 % (vinte por cento) de sua área total, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013; (grifo nosso)

VIII – no imóvel rural em cuja Reserva Legal mínima haja cômputo de APP, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013;

IX – no imóvel rural cuja área de Reserva Legal tenha sido regularizada mediante compensação, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013;

§ 1º – Nas áreas urbanas e de expansão urbana, assim consideradas em plano diretor municipal ou lei específica de uso e ocupação do solo urbano, se aplica o disposto no inciso III do parágrafo único do art. 3º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979.

§ 2º – Nas hipóteses previstas nos incisos VIII e IX, a possibilidade de autorizar a intervenção em área de preservação permanente, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 20.922, de 2013, deverá observar a obrigatoriedade de tratar previamente a alteração da localização da área de reserva legal intervinda, conforme previsto no art. 27 da Lei nº 20.922, de 2013.

Sendo assim, **é recomendado que se oficie o presente caso para a fiscalização para apuração de eventual irregularidade ambiental.**

6 - Do ponto de vista jurídico, é cediço que as áreas de preservação permanentes são aquelas protegidas por lei, revestidas ou não com cobertura vegetal, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, de proteger o solo e de assegurar o bem-estar das populações humanas. Assim, diante da singularidade e o valor estratégico das áreas de preservação permanente, tem-se que estas são, em regra, dotadas de intocabilidade, e por isso, seu uso econômico direto é vedado.

III) Conclusão:

7 – Ante ao exposto, considerando as informações prestadas no parecer técnico acostado aos autos, e em observância da legislação vigente, este Núcleo de Controle Processual da URFBIO Triângulo, do ponto de vista jurídico, opina pelo **INDEFERIMENTO** da intervenção solicitada, ou seja, autorização **intervenção em APP sem supressão de vegetação nativa em 0,1021ha**, de acordo com determina o art. 38, parágrafo único, inciso I do Decreto Estadual nº 47.892/2020, o presente processo deverá ser submetido à deliberação e decisão do Supervisor Regional do IEF.

Observação: Fica registrado que o presente Parecer restringiu-se a análise jurídica do requerimento de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca. Assim, o Núcleo de Controle Processual – URFBIO Triângulo não possui responsabilidade sobre a análise técnica realizada, bem como a responsabilidade sobre os projetos e programas apresentados nos autos, sendo a execução, operação, comprovação de eficiência e/ou gerenciamento dos mesmos, de inteira responsabilidade do empreendedor, seu projetista e/ou prepostos.

É o parecer, s.m.j.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **INDEFERIMENTO** do requerimento de autorização da **intervenção ambiental em APP sem supressão** de uma área de **0,1021ha**.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: Não se aplica

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(X) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas

(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1		
2		
3		
4		
...		

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Juliene Cristina Silverio Maia
MASP: 1.503.538-9

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome: Luiz Alberto de Freitas Filho
MASP: 1.364.254-1



Documento assinado eletronicamente por **Juliane Cristtina Silvério Maia, Gerente**, em 02/05/2023, às 13:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Alberto de Freitas Filho, Servidor**, em 02/05/2023, às 13:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **65121141** e o código CRC **843D8653**.